CONTRATAÇÃO DE CRÉDITO X ENDIVIDAMENTO: UMA ANÁLISE DENTRO DO CFP 2023 PMGO

CONTRACTING CREDIT X DEBT: AN ANALYSIS WITHIN THE CFP 2023 PMGO

Juliano Teodoro Bettini[1]
Johnathan Tarley A R Rodrigues [2]

RESUMO

Essa pesquisa tem como objetivo geral, realizar o levantamento de dados relacionados ao tema no âmbito do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás para uma constatação do atual cenário financeiro do público alvo. A metodologia utilizada foi uma pesquisa de campo, visando compreender tal cenário. Os resultados evidenciam que o endividamento excessivo não apenas impacta as finanças pessoais, mas também incide sobre a saúde, as relações familiares e a sociedade em geral. Este impacto reflete-se no desempenho do policial militar, cujo trabalho demanda elevada concentração. O endividamento excessivo pode suscitar preocupações que comprometem a atenção do trabalhador, expondo sua qualidade de vida e a segurança de terceiros a riscos. O estudo concluiu que a Educação Financeira desempenha papel crucial na mitigação do endividamento, com a maioria dos participantes reconhecendo sua extrema importância. Essa percepção positiva sublinha a necessidade de integrar práticas educacionais financeiras no contexto da formação militar.

Palavras-chave: Polícia Militar. Empréstimo. Educação Financeira.

ABSTRACT

This research's general objective is to collect data related to the topic within the scope of the Goiás Military Police Academy Command to determine the current financial scenario of the target audience. The methodology used was field research, aiming to understand this scenario. The results show that excessive debt not only impacts personal finances, but also affects health, family relationships and society in general. This impact is reflected in the performance of the military police officer, whose work demands high concentration. Excessive debt can raise concerns that compromise workers' attention, exposing their quality of life and the safety of others to risks. The study concluded that Financial Education plays a crucial role in mitigating debt, with the majority of participants recognizing its extreme importance. This positive perception highlights the need to integrate financial educational practices in the context of military training.

Keywords: Military Police. Loan. Financial education.

[1]Aluno do Curso de Formação de Policiais, Turma R, do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás (CAPM). E-mail: jtbettini@gmail.com

[2] Professor orientador, Bacharel em Direito (UFG); Especialista em Políticas Públicas (UFG); Especialista em Policiamento Comunitário (UNISUL); Especialista em Altos Estudos em Segurança Pública (UEG); Mestre em Desenvolvimento Regional (MDR-Unialfa); Tenente-Coronel da PMGO, tarleypmgo@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

O capitalismo, modelo econômico predominante em todo o mundo, é o modelo aplicado ao Brasil. É considerado como um sistema econômico que se baseia na busca de lucros e acúmulo de capital, incentivando a produção, comércio e investimento para maximizar ganhos (SILVA, 2022). Em suma, o capitalismo enfatiza a busca de lucros, o que torna a gestão financeira uma habilidade essencial para saúde na finança pessoal e bem-estar individual e social.

A qualidade de vida é um conceito subjetivo que pode variar de pessoa para pessoa, mas é inegável que o equilíbrio financeiro desempenha um papel significativo na melhoria da vida de qualquer cidadão. Um controle inadequado das finanças pessoais pode levar à inadimplência, que por sua vez afeta negativamente o poder de compra do indivíduo (LOPES, 2019). Isso é particularmente relevante em sociedades capitalistas, onde o acesso a recursos financeiros desempenha um papel importante na vida cotidiana.

Sob o prisma da educação financeira é fundamental a promoção da dignidade econômica de todos os cidadãos, uma vez que, na Constituição Federal do Brasil, também conhecida como a Carta Magna, é estabelecido direitos e objetivos fundamentais que incluem a erradicação da pobreza e o desenvolvimento nacional.

Entretanto, em fevereiro de 2023, o endividamento no Brasil aumentou de acordo com economista Izis Ferreira, da CNC, há três principais razões para esse recorde de endividamento em 2022: alta inflação no início do ano, estímulo ao uso do cartão de crédito por parte de bancos e fintechs, e a demanda reprimida por serviços entre os mais ricos, como viagens e passagens aéreas, geralmente pagos com cartão (PORTAL G1).

Na economia atual, é comum que os agentes públicos recebam incentivos como acesso facilitado ao crédito e descontos em diversos produtos. Este fator de “relaxamento” está diretamente relacionado com o conceito de estabilidade financeira, que no longo prazo está relacionado com a forma da função pública (FLORES; VIEIRA; CORONEL, 2013).

Segundo o órgão de centralização de serviços do Banco (SERASA), o Brasil apresentou um índice com 71,41 milhões de brasileiros inadimplentes em julho de 2023, onde pode-se concluir ser um número alarmante que traduz, além de problemas econômicos no país, a falta da cultura da educação e gestão financeira da população. Partindo desta premissa, os servidores públicos também não ficam de fora desta estatística e, com a maior facilidade na contratação de créditos, acabam entrando em situações complicadas dentro desta seara. Portanto, o levantamento de um estudo com base nos dados a serem levantados, pode contribuir para um

melhor entendimento da causa na realidade da PMGO e, dessa forma, ser relevante na busca de uma possível solução.

Linhas de créditos tem como objetivo ajudar o crescimento patrimonial e econômico, movimentando a economia e a melhoria de vida dos contratantes. Porém, diante de vários fatores a serem estudados, esse privilégio acaba por se tornar bastante perigoso nesse viés, os contratantes acabam por diversas variáveis perdendo o controle e se afundando em dívidas.

Acredita-se que os militares estaduais do Estado de Goiás também se incluem nesta realidade, o que leva ao seguinte questionamento: qual é o atual cenário do número de contratantes de créditos bancários no Curso de formação de praças 2023? Se os contratantes, têm alguma pendência financeira em andamento? A retirada do crédito tem como uma das motivações a quitação de débitos pretéritos? E, caso os resultados restassem negativos no fim da pesquisa, seria pertinente a colocação em pauta por parte das autoridades uma disciplina no âmbito da educação financeira no curso de formação?

O objetivo geral desta pesquisa foi realizar o levantamento de dados relacionados ao tema no âmbito do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás para uma constatação do atual cenário financeiro do público alvo, vislumbrando compreender como o endividamento afeta o trabalho e a qualidade de vida desses trabalhadores.

Como metodologia, foi realizada uma pesquisa de campo, no qual foi possível realizar uma análise concreta da temática com base nos dados numéricos que foram coletados no Curso de Formação de Praça – 2023, no Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, utilizando questionário aplicado por meio da plataforma Google formulários, no período de outubro de 2023.

Nesse sentido, a pesquisa está dividida em duas etapas: a primeira, traz uma perspectiva teórica a partir de uma revisão da literatura, buscando abordar sobre o que é Educação Financeira, endividamento e o endividamento no contexto do Servidor Público. Posteriormente, é abordado sobre os resultados e discussão partindo da pesquisa de campo realizada.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A gestão eficiente dos ganhos mensais é crucial para evitar problemas financeiros. A educação financeira proporciona informações e conhecimentos sobre comportamentos essenciais, melhorando a qualidade de vida e estimulando o desenvolvimento econômico.

Decisões financeiras adequadas influenciam diretamente questões como taxas de dívida e inadimplência, além da capacidade de investimento dos países (BANCO CENTRAL, 2013).

Consumidores com educação financeira demandam produtos e serviços que atendam às suas necessidades, estimulando a concorrência e aumentando a transparência das instituições financeiras, fortalecendo o sistema financeiro (BANCO CENTRAL, 2013).

O Governo Federal, através do Decreto nº 7.397/2010, instituiu a Estratégia Nacional para Educação Financeira (Enef). O Banco Central reestruturou seu programa Cidadania Financeira, visando capacitar os cidadãos a gerir seus recursos financeiros de maneira consciente. O Caderno de Educação Financeira, fornecido pelo decreto, busca oferecer conhecimentos básicos sobre finanças pessoais, promovendo a reflexão sobre a relação do cidadão com o dinheiro (BACEN, 2013).

Em 2013, a política pública de educação financeira tinha como objetivo promover a reflexão sobre a relação do cidadão com o dinheiro e a gestão adequada das finanças pessoais para contribuir para seu bem-estar (BACEN, 2013, p.7). Além das habilidades matemáticas, a educação financeira requer compreensão do comportamento econômico relacionado ao consumo, endividamento, poupança e investimentos.

2.2 ENDIVIDAMENTO

O endividamento, resultado da falta de observância da premissa da educação financeira, pode se tornar um problema grave se não houver planejamento e controle adequados. O endividamento pode levar à negativação e alta cobrança de juros. O grau de endividamento, seja baixo, médio ou alto, pode estar sob controle ou causar dificuldades financeiras (SERASA, 2023).

Compras parceladas negligenciadas como parte do endividamento podem levar a um consumo excessivo e acumulação de dívidas, resultando em sérios problemas financeiros e inadimplência a curto prazo (KAWAUTI, 2016). A Ordem de Advogados do Brasil define superendividamento como a impossibilidade manifesta do consumidor pagar suas dívidas sem comprometer seu mínimo existencial (OAB, 2021).

A Constituição Federal de 1988, baseada no princípio da dignidade da pessoa humana, assegura o direito ao mínimo existencial. Se o pagamento das dívidas comprometer mais de 30% da renda líquida mensal do consumidor, presume-se que o mínimo existencial esteja afetado, prejudicando despesas essenciais a uma vida digna. O art. 6º da Constituição estabelece direitos sociais, incluindo educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer,

segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, e assistência aos desamparados (BRASIL, 1988).

Em 2021, a Lei 14.121/21 - Lei do Superendividamento, foi promulgada para permitir que o consumidor participe diretamente da negociação de suas dívidas. A legislação alterou o Código de Defesa do Consumidor, incluindo a Política Nacional das Relações de Consumo (Lei 14.121/21).

2.3 ENDIVIDAMENTO NO CONTEXTO DO SERVIDOR PÚBLICO

De acordo com o Banco Central do Brasil, os funcionários públicos apresentam uma dívida de R$ 9.983 milhões devido a empréstimos consignados, em comparação com R$ 1.635 milhões dos colaboradores do setor privado em janeiro de 2020, uma disparidade 6,1 vezes maior (BANCO CENTRAL, 2020).

A elevada situação de endividamento dos funcionários públicos é atribuída à remuneração média superior e à estabilidade no emprego, especialmente aplicável aos militares estaduais. Apesar dos limites estabelecidos pela legislação para consignações, os servidores podem acumular outros tipos de dívidas, tornando-se um perfil atraente para instituições financeiras (SOUZA, 2015).

O endividamento do servidor público também tem impactos negativos na saúde, podendo resultar em afastamentos por transtornos mentais e comportamentais. A falta de controle gera gastos adicionais ao governo para suprir o déficit na força de trabalho (OROZIMBO JR, 2021).

O acesso ao crédito, aliado ao crescimento econômico e estabilidade inflacionária, trouxe transformações significativas na gestão financeira. A instrução financeira desempenha papel crucial, reduzindo os níveis de endividamento. Em 2019, o Ministério da Educação integrou a educação financeira à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), representando um esforço significativo do governo brasileiro para enfrentar o desafio do superendividamento enfrentado pelas famílias no país.

3. METODOLOGIA

Este estudo teve como propósito realizar uma análise concreta por meio da coleta de dados diretamente junto ao público-alvo, os militares estaduais matriculados no Curso de Formação de Praças 2023 no Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sobre o atual

panorama de endividamento e contratação de créditos consignados, bem como suas motivações. A pesquisa foi dividida em duas partes: a primeira abordou uma revisão da literatura e, em seguida, foi realizada uma pesquisa de campo com os policiais participantes do referido curso.

Na revisão de literatura, os dados foram obtidos por meio da leitura de artigos científicos, trabalhos acadêmicos, livros, legislações e informações econômicas, coletadas eletronicamente e abrangendo aspectos comportamentais da população e dos fenômenos examinados.

Para atingir o objetivo principal da pesquisa, que era a coleta de dados, foi elaborado um questionário de natureza fechada por meio do "Google Forms" (ferramenta da Google para formulários), contendo perguntas objetivas que serviram como base para uma análise estatística detalhada do tema. A pesquisa foi enviada aos policiais do CFP – 2023 no mês de outubro, consistindo em 17 perguntas, das quais 41 foram respondidas.

Considerando que a pesquisa se fundamentou na análise de dados relacionados ao número de contratantes para obter uma compreensão real e fidedigna do cenário atual do tema, o método utilizado foi o quantitativo. Isso possibilitou a obtenção de dados tangíveis para uma conclusão mais precisa sobre o assunto, com rigor e precisão, mediante o tratamento dos dados coletados no inquérito elaborado especificamente para o estudo, conforme apresentado nos resultados e discussão.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS POLICIAIS E DA AMOSTRA DA PESQUISA

Com base no questionário enviado aos policiais do CFP em 2023, foi possível coletar informações relevantes sobre as perspectivas relacionadas ao tema em questão, resultando nos seguintes dados mensurados. O primeiro conjunto de dados, apresentado na Tabela 1, diz respeito a informações sociodemográficas.

Tabela 1 – Dados sobre os participantes da pesquisa

IDADE		
	Frequência	**Percentil**
24 a 29	21	67,7%
30 a 35	10	32,3%

SEXO		
	Frequência	**Percentil**
Feminino	5	12%
Masculino	36	88%

TEMPO DE ATUAÇÃO NA PM		
	Frequência	**Percentil**
1 a 5 anos	41	100%
Acima de 5 anos	0	0%

REALIZA ALGUM TRABALHO EXTRA		
	Frequência	**Percentil**
Sim	0	0%
Não	41	100%
ESCOLARIDADE		
	Frequência	**Percentil**
Ensino Superior completo	36	88%
Especialização/Mestrado/Doutorado	5	12%

Fonte: baseada no levantamento de dados feito próprio pesquisador, 2023

Observou-se que 67,7% dos participantes tinham idades compreendidas entre 24 e 29 anos, enquanto 32,3% estavam na faixa etária de 30 a 35 anos. Quanto ao gênero, 12% dos participantes eram do sexo feminino e 88% do sexo masculino.

No que se refere à experiência na Polícia Militar, todos os 41 colaboradores da pesquisa relataram atuar por um período de 1 a 5 anos. Também foi indagado se realizavam algum trabalho além da atuação na PM e todos responderam que não. Em relação ao nível de escolaridade, 88% possuíam Ensino Superior Completo, enquanto 12% tinham algum tipo de Especialização, Mestrado ou Doutorado.

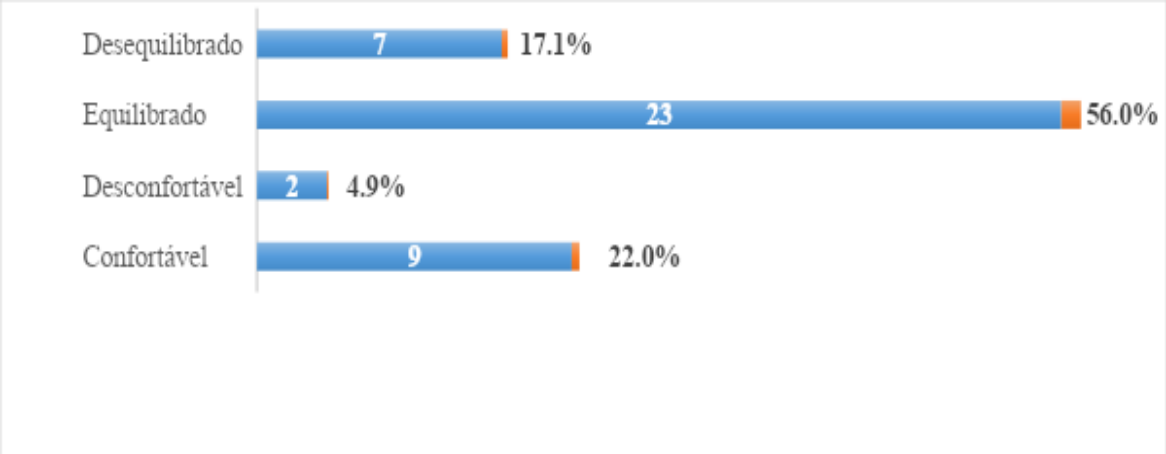
4.2 PERCEPÇÃO DOS PARTICIPANTES EM RELAÇÃO A SITUAÇÃO FINANCEIRA

Com o objetivo de analisar o cenário financeiro atual do público-alvo em questão, a primeira pergunta referente às finanças dos participantes buscou entender como eles descreviam sua situação financeira no momento. Para 56% dos participantes, a situação foi descrita como equilibrada, enquanto 22% deles afirmaram estar confortáveis financeiramente. No entanto,

17,1% consideraram sua situação financeira atual como desequilibrada, e 4,9% relataram sentir desconforto em relação às suas finanças (Gráfico 1).

O sistema econômico atual é, predominante, capitalista, no entanto, raramente se discute a importância do conhecimento financeiro básico para prosperar nesse sistema, onde a administrar dinheiro se destaca como uma habilidade essencial já que o uso do dinheiro vem a ser uma parte intrínseca da vida das pessoas (FERREIRA, 2017). Entretanto, é notável a falta de habilidade para lidar com essa ferramenta crucial, pois muitas pessoas agem de forma impulsiva em decorrência de planejamento e falta de uma educação financeira.

Gráfico 1- Percepção sobre a situação financeira

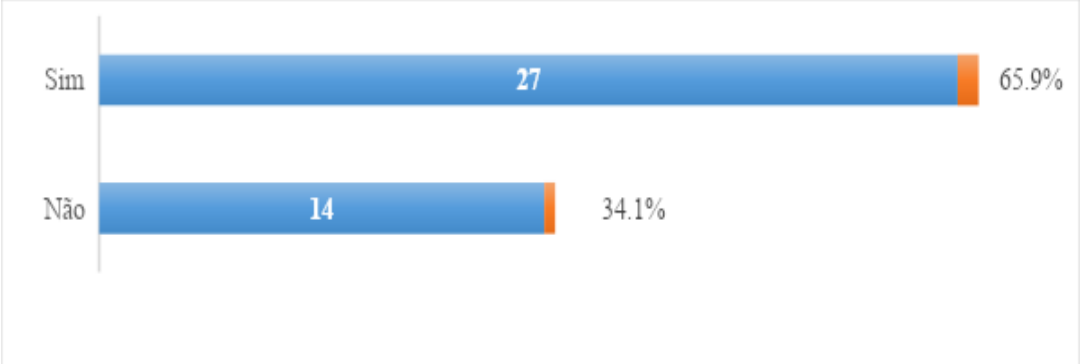


Fonte: baseado no levantamento de dados feito próprio pesquisador, 2023

No que diz respeito à administração das despesas, os participantes foram questionados se costumam acompanhar seus gastos mensais por meio de um orçamento. A maioria dos participantes (65,9%) afirmou que, de fato, mantém esse controle mensal. No entanto, 34,1% dos colaboradores relataram não fazer o gerenciamento de seus gastos mensais, o que pode influenciar na compreensão da situação de endividamento, conforme mencionado na questão a seguir (Gráfico 2).

O estabelecimento de um planejamento financeiro é fundamental para que um indivíduo possa manter um controle efetivo de seus recursos disponíveis e das despesas necessárias. No entanto, a falta de organização na gestão financeira pessoal pode resultar em consequências adversas, tornando-se uma fonte de vulnerabilidade que, por sua vez, pode levar ao endividamento devido à instabilidade financeira, como destacado por Souza (2015). Esse problema é particularmente relevante no caso dos servidores públicos, uma vez que a estabilidade associada aos seus cargos pode proporcionar um acesso facilitado ao crédito, o que, no entanto, implica riscos se não houver um controle adequado da situação financeira.

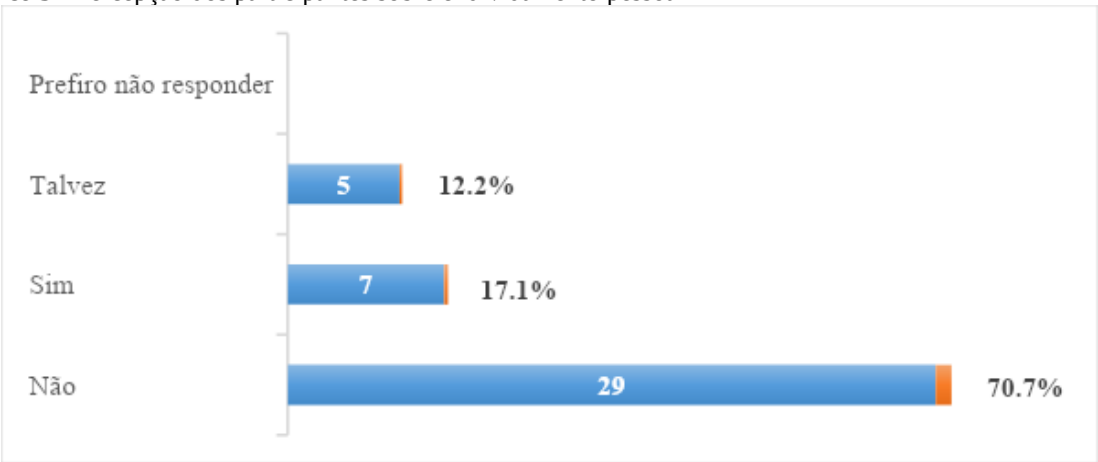
Gráfico 2- Gestão de controle de gastos mensal



Fonte: baseado no levantamento de dados feito próprio pesquisador, 2023

Em relação ao tema do endividamento, a pesquisa revelou o seguinte quadro. Foi questionado aos participantes se eles se consideravam endividados, 29,7% responderam que não se encontram endividados, 17,1% afirmaram que estão, de fato, endividados, e 12,2% consideraram que talvez estejam em uma situação de endividamento (Gráfico 3). Pode-se considerar que o endividamento ou a ausência dele em relação a empréstimos e similares é apenas um aspecto da saúde financeira de uma pessoa, além de trazer melhor qualidade de vida, propiciando realizar com maior produtividade, as suas próprias atividades funcionais (SILVA et al., 2014).

Gráfico 3 - Percepção dos participantes sobre endividamento pessoal



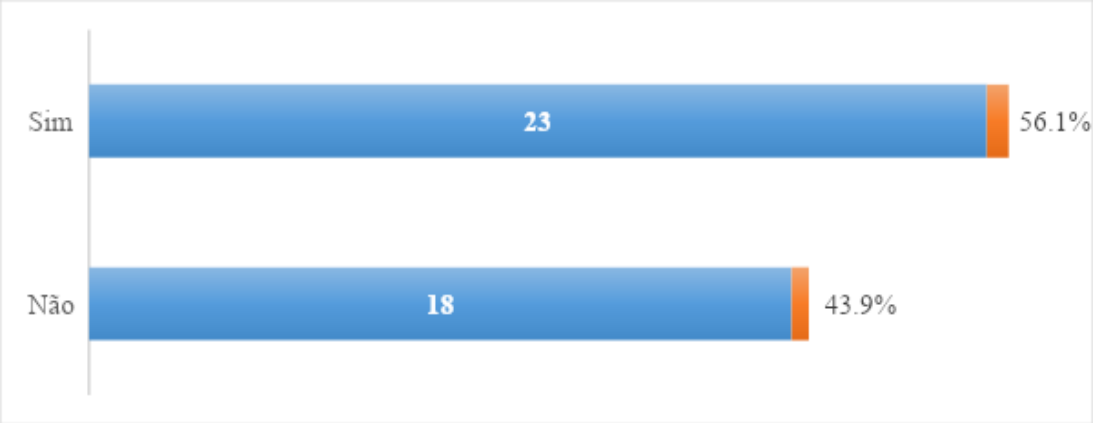
Fonte: baseado no levantamento de dados feito próprio pesquisador, 2023

Com o intuito de aprofundar a compreensão da relação entre a situação financeira e o endividamento, os participantes foram questionados se possuíam alguma dívida relacionada a empréstimos, financiamentos ou consignados. Dos participantes, pelo menos 23 deles (representando 56,1%) têm algum tipo de pendência financeira, enquanto 18 participantes (43,9%) afirmaram não ter qualquer dívida associada a empréstimos ou similares. Essa análise indica um sinal de endividamento por parte dos participantes e, por outro lado, sugere que há

uma parte considerável conseguindo manter controle financeiro mais eficaz. No entanto, cabe ressaltar que a ausência de dívidas desse tipo não necessariamente indica um controle financeiro completo, uma vez que existem outras formas de dívida e gastos que também podem afetar a situação financeira de uma pessoa.

O crédito pode ser considerado como um motor da economia, pois tem o potencial de impulsionar o consumo, melhorar a qualidade de vida e proporcionar conforto. No entanto, quando utilizado de maneira inadequada, com o aumento do consumo, a variedade de produtos e serviços disponíveis e a ausência de um planejamento adequado, pode resultar em um nível elevado de endividamento, e, como consequência, levar à inadimplência (FLORES; VIEIRA; CORONEL, 2014).

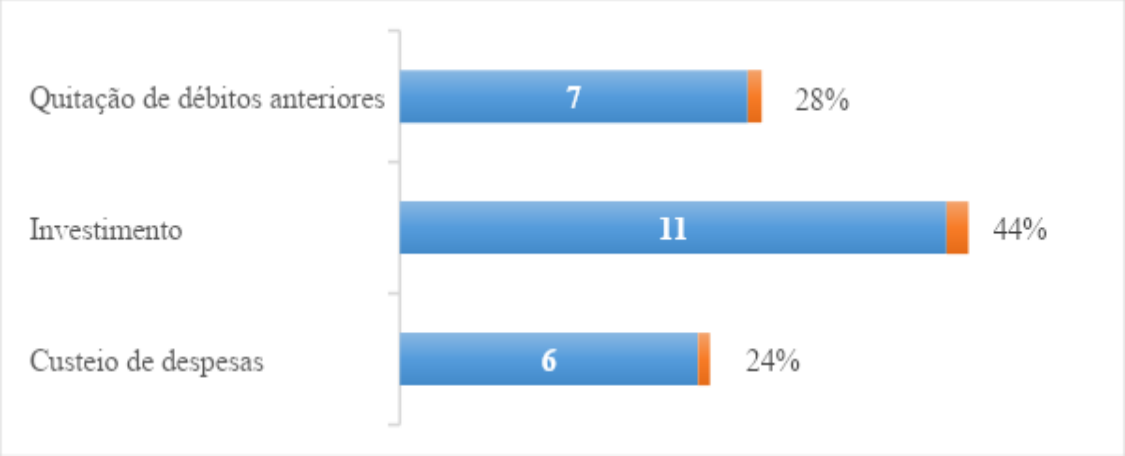
Gráfico 4- Pendências financeiras como empréstimo, consignado, financiamentos e outros



Fonte: baseado no levantamento de dados feito próprio pesquisador, 2023

Continuando a coleta de informações sobre as pendências financeiras, os participantes foram questionados sobre o propósito para o qual contrataram empréstimos, financiamentos ou consignados. Para 44% dos participantes, o propósito da contratação foi adquirido com o intuito de realizar investimentos. No entanto, para 28% dos participantes, a pendência financeira foi contraída para cobrir despesas, enquanto 24% dos participantes utilizaram de empréstimos e/ou financiamentos para quitar dívidas anteriores.

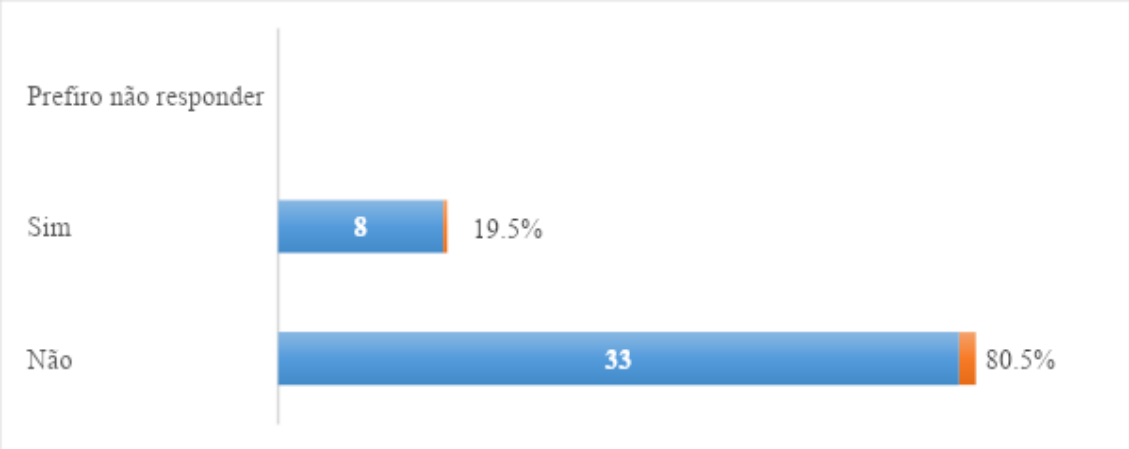
Gráfico 5 – Finalidade da contração de empréstimo, financiamento e/ou consignados



Fonte: baseado no levantamento de dados feito próprio pesquisador, 2023

No que se refere ao uso do cheque especial, os participantes foram questionados sobre sua frequência de utilização. Dos participantes, 19,5% relataram que usam ou já utilizaram o cheque especial, enquanto a maioria, correspondendo a 80,5%, afirmou que não faz uso dessa opção de crédito. Nas várias modalidades de crédito que existe no Brasil (financiamentos, empréstimos, cheque especial, cartão de crédito e etc.), é fundamental que o usuário saiba analisar os recursos que lhe estão dispostos, a fim de avaliar qual é a melhor opção, a fim de reduzir juros e prazos que podem lhe acarretar ao aumento do endividamento (THIESEN, 2020).

Gráfico 6 - Uso do cheque especial



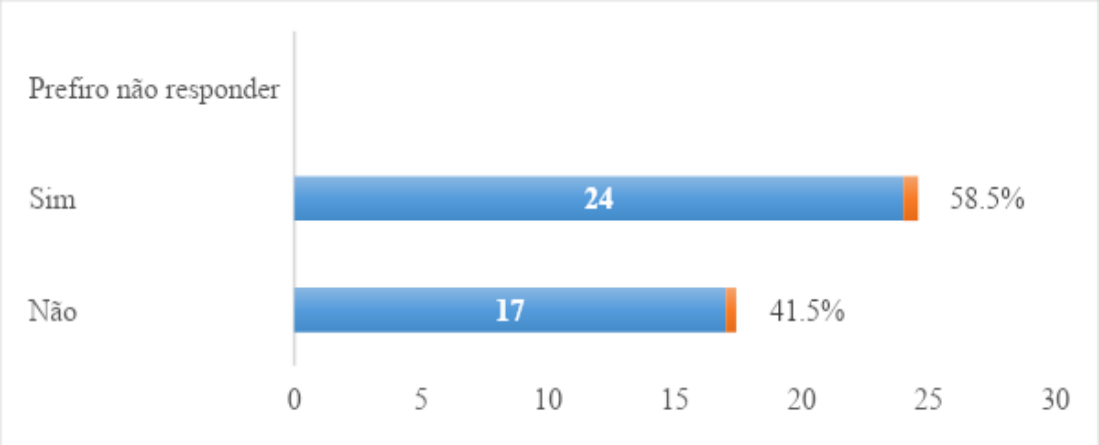
Fonte: Desenvolvido pelo pesquisador (2023).

Com o intuito de avaliar se os participantes estavam preparados para evitar o endividamento em circunstâncias inesperadas, eles foram questionados sobre a existência de alguma reserva ou fundo de emergência. Dos participantes, 58,5% afirmaram possuir um fundo

de emergência, o que sugere que reconhecem a importância de ter uma reserva financeira para enfrentar imprevistos. No entanto, 41,5% dos participantes não fazem qualquer tipo de economia para situações inesperadas, o que também indica que em caso de despesas não planejadas, poderiam recorrer ao endividamento (Gráfico 7).

A vida é marcada por sua imprevisibilidade, com a ocorrência de eventos tanto positivos quanto negativos, que podem representar riscos pessoais e financeiros. Lidar com esses riscos envolve tomadas de decisão, que vão desde a inação até a formação de uma reserva de emergência ou a aquisição de seguros (THIESEN, 2020).

Gráfico 7 – Reserva de emergência

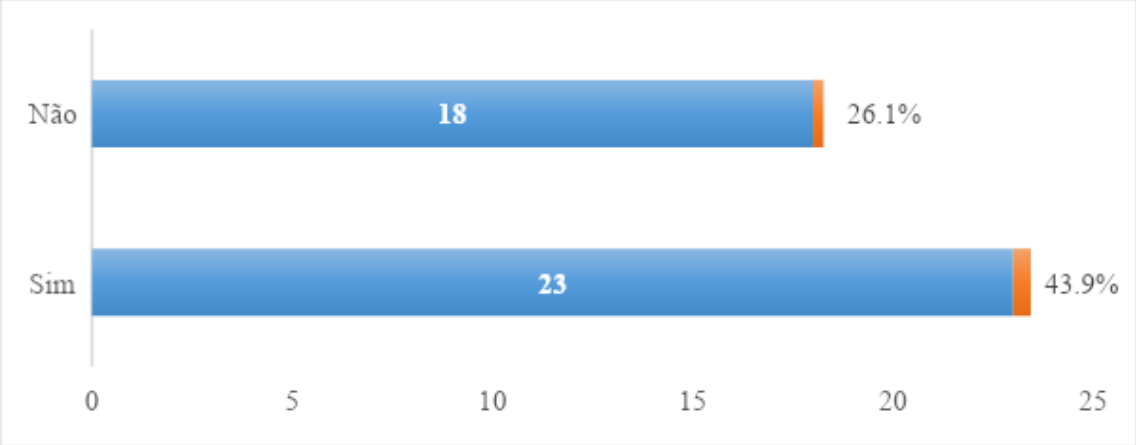


Fonte: Desenvolvido pelo pesquisador (2023).

Continuando a abordar a segurança financeira, foi perguntado aos participantes se eles haviam estabelecido um plano de aposentadoria. Dos participantes, 43,9% responderam afirmativamente, sugerindo que reconhecem a importância de manter recursos financeiros a longo prazo. No entanto, 26,1% ainda não efetuaram o planejamento, o que indica a necessidade de considerar essa etapa fundamental para o seu futuro financeiro (Gráfico 8).

Entre as opções disponíveis, os planos de previdência privada são uma alternativa, contudo, é fundamental avaliar cuidadosamente os custos e as taxas associadas a eles. Uma outra abordagem é a busca por um plano de aposentadoria independente, que oferece maior controle financeiro e oportunidades de aprendizado, mas também carrega o risco de uso inadequado dos recursos e a falta de conhecimento financeiro, o que requer dedicação e estudo (THIESEN, 2020).

Gráfico 8 - Sobre o plano de aposentadoria



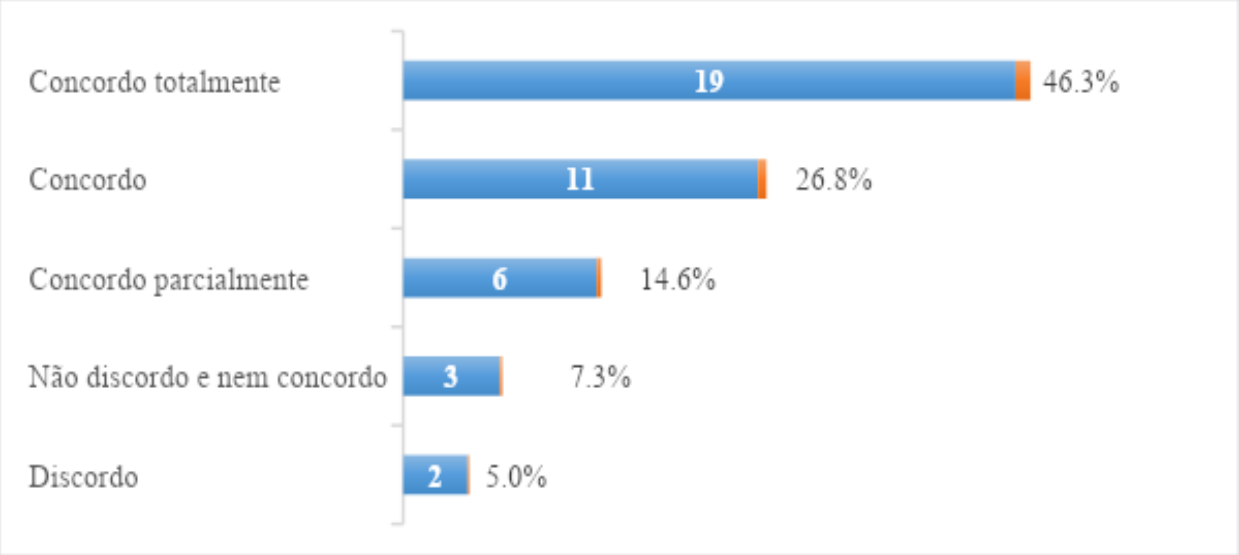
Fonte: Desenvolvido pelo pesquisador (2023).

Conforme mencionado por Souza (2015), a ausência de práticas regulares de planejamento financeiro pessoal pode resultar em uma série de desdobramentos adversos. Isso inclui o agravamento da inadimplência, a acumulação de dívidas, o que, por sua vez, repercute negativamente no bem-estar individual em que essas tensões financeiras podem levar a conflitos e discórdias familiares e sociais.

Considerando a importância da Polícia Militar para a manutenção da ordem pública e o policiamento ostensivo, os participantes foram consultados se a pressão financeira teria algum efeito no desempenho no trabalho policial. Os resultados mostram que a maioria dos participantes (46,3%) concorda completamente que a pressão financeira pode impactar negativamente o desempenho no trabalho policial. Além disso, 26,8% concordam de forma geral com essa afirmação. Há também uma parcela menor que discorda (5,0%) ou não possui uma opinião definitiva sobre o assunto (7,3%). Esses resultados sugerem que, na percepção dos participantes, a pressão financeira pode exercer um impacto significativo na capacidade de desempenho dos policiais em suas funções.

Segundo Lopes (2019) a profissão policial militar frequentemente envolve um alto nível de risco e estresse, pois os profissionais desempenham funções que podem colocar suas vidas em perigo e enfrentam situações desafiadoras regularmente. Nesse sentido, a autora salienta que a situação financeira dos policiais militares pode afetar diretamente o seu bem-estar geral e em casos de descontrole dos gastos, pode acarretar a problemas no desempenho profissional, incluindo distrações, tomada de decisões erradas e até mesmo, problemas de saúde mental.

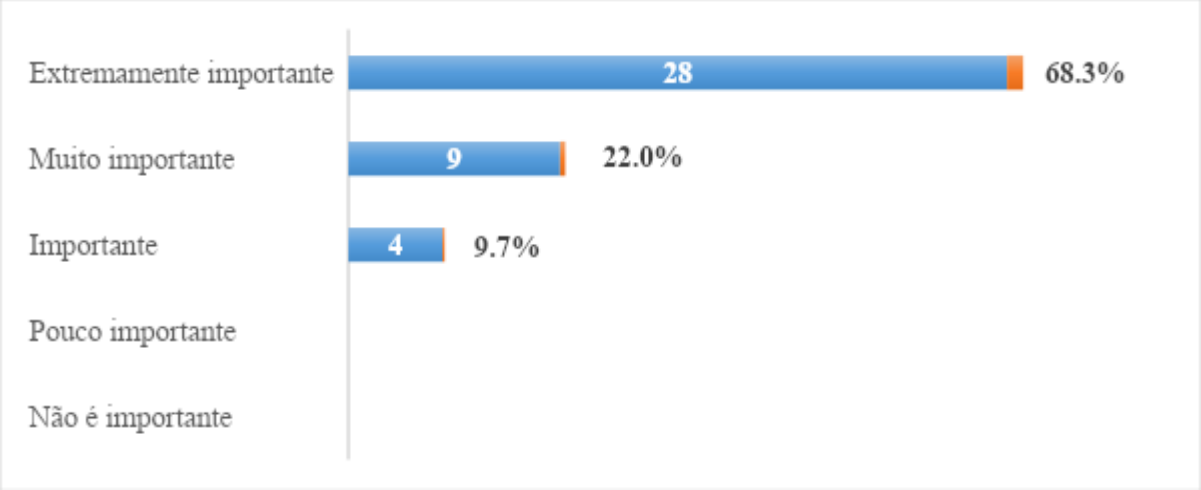
Gráfico 9 - Percepção sobre pressão financeira e o trabalho policial



Fonte: Desenvolvido pelo pesquisador (2023).

E para findar, foi perguntado aos participantes sobre o quanto eles consideravam que a Educação Financeira poderia auxiliá-los na redução do endividamento. Os resultados foram. A maioria dos participantes (68,3%) avalia a Educação Financeira como extremamente importante para a redução do endividamento. Além disso, 22,0% consideram a Educação Financeira como muito importante, enquanto uma parcela menor, mas significativa, acredita que é importante. Isso reflete o reconhecimento da relevância da Educação Financeira na gestão das finanças pessoais e na redução das dívidas, de acordo com a percepção dos participantes.

Gráfico 10 - Percepção sobre a importância da Educação Financeira



Fonte: Desenvolvido pelo pesquisador (2023).

Cabe ressaltar que o excesso de endividamento não afeta apenas as finanças individuais, mas também tem um impacto significativo na saúde, nas relações familiares e na sociedade em

geral. Lopes (2019) infere que é fundamental promover a Educação Financeira e o acesso a recursos que ajudem os policiais militares a gerenciar suas finanças de forma responsável e evitar o endividamento excessivo, já que o crédito é facilitado para os servidores públicos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado buscou compreender a situação financeira dos militares estaduais do Estado de Goiás, especificamente no contexto do Curso de Formação de Praças 2023, analisando o endividamento, a gestão financeira e a percepção sobre a importância da Educação Financeira. Os resultados obtidos revelam um cenário complexo, marcado por desafios e oportunidades.

Em meio ao cenário de capitalismo predominante, onde a busca por lucros e acumulação de capital é a tônica, a gestão financeira se destaca como uma habilidade essencial. A falta de controle nas finanças pessoais pode levar à inadimplência, afetando negativamente o poder de compra e a qualidade de vida. No contexto brasileiro, o aumento do endividamento em 2022 é atribuído a fatores como alta inflação, estímulo ao uso do cartão de crédito e demanda reprimida por serviços.

A pesquisa de campo realizada no Curso de Formação de Praças – 2023, na Academia de Polícia Militar de Goiás, revelou que a maioria dos participantes realiza o controle mensal de gastos, mas uma parcela significativa não possui esse hábito. A pesquisa também abordou a percepção sobre a pressão financeira e seu impacto no desempenho no trabalho policial. A maioria dos participantes concordou que a pressão financeira pode afetar negativamente o desempenho no trabalho policial, destacando a interligação entre saúde financeira e bem-estar profissional.

No estudo realizado, foi possível concluir que a Educação Financeira desempenha um papel crucial na redução do endividamento, com a maioria dos participantes percebendo sua extrema importância. Essa percepção positiva reforça a necessidade de incorporar práticas educacionais financeiras no ambiente de formação militar.

Diante disso, sugere-se que logo na formação do policial militar, seja considerado a implementação de disciplinas específicas de Educação Financeira no curso de formação, visando equipar os futuros militares com conhecimentos sólidos para gerir suas finanças de maneira eficaz.

REFERÊNCIAS

BACEN. **Caderno de educação financeira** – gestão de finanças pessoais. Brasília, DF. 2013

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 02 de out. de 2023.

BRASIL. **Lei n. 14.181, de 1º de julho de 2021** - Lei do Superendividamento. Diário Oficial da União, 1º de julho de 2021. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14181.htm > Acesso em 04 de outubro de 2023.

FARIAS, Carlos Manoel de. **Um estudo sobre educação financeira e endividamento de Policiais Militares do Estado do Rio Grande do Norte**. Orientador: Israel José dos Santos Felipe. 2022. 41f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Departamento de Ciências Administrativas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

FERREIRA, Juliana Cezario. **A importância da educação financeira pessoal para a qualidade de vida**. Caderno de Administração v.1. Ano 2017

FLORES, Silvia Amélia Mendonça; VIEIRA, Kelmara Mendes; CORONEL, Daniel Arruda. Influência de fatores comportamentais na propensão ao endividamento. **Revista do CCEI**, Bagé, v. 18, n. 33, p. 140-153, 2014.

GOMES, L. V. Educação financeira e sua relação com o policial militar de Santa Catarina. **Revista Científica Da Escola Superior De Polícia Militar**, v. 4, p. 20–45, 2022.

KAWAUTI, Marcela. **O conceito do endividamento e as consequências da inadimplência**. SPC Brasil, 2016. Disponível em: https://www.spcbrasil.org.br/uploads/st_imprensa/analise_educacao_financeira_dividas.pdf. Acesso em: 05 out. 2023.

LOPES, Mayara Alves. **Endividamento x planejamento financeiro pessoal**: um estudo com policiais militares do Estado da Paraíba. 60f. Monografia (Ciências Contábeis) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

OAB, Ordem dos Advogados do Brasil. **Cartilha Superendividamento.** 2021. Disponível em < https://www.oab.org.br/Content/pdf/Cartilha_A4_Superendividamento%20-%20CEDC.pdf > Acesso em 07 out. de 2023

PORTAL G1. **Brasil bate recorde de endividados:** 'Com nome sujo, a gente não é nada'. G1, 2023. Disponível em < https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/02/16/brasil-bate-recorde-de-endividados-com-nome-sujo-a-gente-nao-e-nada.ghtml > acesso em 04 de outubro de 2023.

SILVA, F. C.; SILVA, J. G. da.; SILVA, M. A. da.; PRADO, R. A. P. D. **Planejamento**

financeiro: uma análise do perfil de servidores públicos lotados na Polícia Militar de Minas Gerais. 5º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças & Iniciação Científica em Contabilidade,2014, Anais. Florianópolis: UFSC, 2014.

SILVA, Renalvo Cavalcante. **Capital fictício e crises econômicas**: a dominação financeira no contexto do capitalismo contemporâneo. 373 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Maceió, 2022.

SERASA. **Mapa de Inadimplência e Negociação de Dívidas no Brasil.** 2023. Disponível em https://www.serasa.com.br/limpa-nome-online/blog/mapa-da-inadimplencia-e-renogociacao-de-dividas-no-brasil/ . Acesso em: 06 out. 2023.

SOARES, J. R.; CAVALHERO, A.; TREVISAN, R. L. **Pesquisa de diagnóstico**: o endividamento de servidores públicos estaduais com empréstimos consignados e seus efeitos para o programa de cidadania financeira de Santa Catarina. In: CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, 10., 2017, Brasília. Anais [...]. Brasília: Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração, 2017.

SOUZA, D. DA R. **Endividamento do Servidor Público**: uma análise econômica da situação na UnB. p. 87, 2015.

THIESEN, R. L. **Caderno de Gestão Socioeconômica**. Florianópolis, SC: PMSC, 2020.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

Este questionário foi realizado para a pesquisa "**CONTRATAÇÃO DE CRÉDITO E ENDIVIDAMENTO: UMA ANÁLISE DENTRO DO CFP 2023 PMGO**" que tem o objetivo o levantamento de dados relacionados ao tema no âmbito do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás para uma constatação do atual cenário financeiro do público alvo. Sua participação é totalmente anônima e confidencial. Nenhuma informação pessoal identificável será coletada. Os resultados serão apresentados de forma agregada e não individualizada. Sua participação nesta pesquisa é totalmente voluntária. Você pode recusar-se a participar ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem penalidades. Confirmo que li e compreendi as informações fornecidas neste termo. Recebi respostas satisfatórias para todas as minhas perguntas. Estou ciente de que minha participação é voluntária e posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem prejuízo. (SIM) (NÃO)

QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO E FINANÇAS PESSOAIS	
1. Faixa etária: (1) Entre 18 e 23 anos (2) Entre 24 e 29 anos (3) Entre 30 e 35 anos (4) Entre 36 e 41 anos (5) Entre 42 e 47 anos (6) Acima de 48 anos	2. Sexo (1) Masculino (2) Feminino
3. Há quanto tempo trabalha na Polícia Militar de Goiás? (1) 1 a 5 anos (2) 6 a 10 anos (3) 11 a 20 anos (4) 21 a 30 anos	4. Nível de Escolaridade (1) Ensino Médio Completo (2) Ensino Superior Completo (3) Ensino Técnico Profissionalizante (4) Ensino Superior Incompleto (5) Especialização/Mestrado/Doutorado (6) Outros
5. Indique sua renda mensal (1) Até R$ 1.000,00 (2) De R$ 1.000,00 a R$ 5.000,00 (3) De R$ 5.001,00 a R$ 10.000,00 (4) De R$ 10.001,00 a R$ 15.000,00 (5) Acima de R$ 15.000,00	6. Quantas pessoas dependem de você financeiramente? (1) Nenhuma (2) 1 pessoa (3) 2 pessoas (4) 3 pessoas (5) 4 pessoas (6) 5 pessoas (7) Acima de 5 pessoas
PERFIL ECONÔMICO	
1. Como você descreveria sua situação financeira atual? (1) Confortável (2) Equilibrado (3) Desequilibrado (4) Desconfortável	2. Costuma manter o controle dos seus gastos mensais por meio de orçamento? (1) Sim (2) Não
3. Você tem atualmente alguma pendência financeira relacionada a empréstimos, financiamentos ou consignados? (1) Sim (2) Não	4. Se sim, qual é o propósito principal dessa contratação? (1) Custeio de despesas (2) Quitação de débitos anteriores (3) Investimento (4) Outros. Qual _____

5. O empréstimo ou dívida atual tem relação com despesas ou dívidas anteriores? (1) Sim (2) Não	6. Já usou ou usa com frequência o cheque especial? (1) Sim (2) Não
7. Possui alguma reserva de emergência? (1) Sim (2) Não	8. Você se considera endividado? (1) Sim (2) Não
9. Você tem plano de aposentadoria? (1) Sim (2) Não?	10. Você realiza algum trabalho complementar fora da Polícia Militar? (1) Sim (2) Não
11. Você acredita que a pressão financeira pode afetar o desempenho no trabalho policial? (1) Sim (2) Não	12. Em sua experiência, o recebimento de Educação Financeira adequada poderia ajudar a reduzir o endividamento? (1) Sim (2) Não